



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:  
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS  
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS  
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Ordem patriarcal de gênero e relações sociais de sexo

Daniele Moro<sup>1</sup>  
Cássia Maria Carloto<sup>2</sup>

## **Os rebatimentos e efeitos da pandemia e isolamento social na violência baseada no gênero**

**Resumo:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a existência de uma pandemia do novo Coronavírus (SARS-Cov-2) no mundo. Diante do contexto, é fundamental compreendermos que o isolamento social foi fator agravante no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher. A violência é fruto de uma sociedade patriarcal, baseada em desigualdades de gênero que foi ao longo de sua trajetória sendo socialmente construída. Também abordaremos a construção do protocolo de atendimento na atenção às mulheres em situação de violência no período pandêmico e o funcionamento dos serviços em rede no município de Cianorte-PR.

**Palavras-Chaves:** Pandemia, Isolamento Social, Violência Doméstica contra mulher, protocolo de atendimento e funcionamento dos serviços.

**Abstract:** On March 11, 2020, the World Health Organization (WHO) declared the existence of a pandemic of the new Coronavirus (SARS-Cov-2) in the world. Given the context, it is essential to understand that social isolation was an aggravating factor in combating domestic violence against women. Violence is the result of a patriarchal society, based on gender inequalities that has been socially constructed throughout its history. We will also address the construction of the care protocol for women in situations of violence during the pandemic period and the functioning of network services in the city of Cianorte-PR.

**Keywords:** Pandemic, Social Isolation, Domestic Violence against women, care protocol and operation of services.

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Ministério Público (Residente/Serviço Social), Mestranda em Política Social e email: danielemoromirachi@gmail.com.

<sup>2</sup> Professora, Universidade Estadual de Londrina (Professora Sênior), doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000), pós-doutorado em Serviço Social pela PUC-SP e e-mail: cmcarloto@gmail.com.



## 1 INTRODUÇÃO

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou a existência de uma pandemia do novo Coronavírus (SARS-Cov-2) no mundo. Vírus este letal desenvolve a doença infecciosa Covid-19, identificado por cientistas na cidade de Wuhan, na China, em dezembro de 2019. Como não existe vacina ou remédio que cure a doença e, como medida de contenção do vírus para evitar um colapso nos hospitais, a OMS sugeriu a quarentena e isolamento social da população no período da incidência da pandemia.

Diante do contexto, é fundamental compreendermos que o isolamento social é um fator agravante no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher, mas não é a principal causa. Vale ressaltar que a violência é fruto de uma sociedade patriarcal, baseada em desigualdades de gênero que foi ao longo de sua trajetória sendo socialmente construída. O que nos possibilita fundamentar as desigualdades históricas entre homens e mulheres.

Segundo Freire; Passos (2015) a questão da violência doméstica foi tratada historicamente como “assunto de família”, sem receber assistência do Estado, da comunidade, da sociedade em geral. A célebre frase “em briga de marido e mulher não se mete a colher” vislumbra bem o tratamento dado à questão da violência contra as mulheres durante um longo período da história (e ainda é assim entendido por boa parcela da sociedade).

Era natural considerar o que acontecia dentro de casa como algo que dizia respeito somente aos membros da família. Os parentes, a comunidade, a escola, as unidades de saúde, a polícia, a justiça, e toda a sociedade não interferiam no que era considerado “assunto de família”. Foi assim que a violência doméstica contra as mulheres foi tratada ao longo da história, como uma questão privada que deveria ser resolvida pelos membros da família.

Como uma questão de âmbito privado, não havia assistência do Estado, nem serviços de orientação, acompanhamento e apoio, muito menos ações de prevenção às diversas formas de violação dos seus direitos, sem proteção e vítimas de uma cultura patriarcal, pautada nos estereótipos do feminino e masculino.

Falar em pandemia e isolamento social é falar também na incidência dos papéis masculinos e femininos, instabilidade econômica, desemprego, desequilíbrio emocional, abuso de drogas lícitas e ilícitas, sobrecarga do trabalho das mulheres que acabam desempenhando vários papéis durante o dia, instabilidade dos serviços de necessidades básicas e redução dos serviços de enfrentamento a violência doméstica contra a mulher. Estes fatores refletem no agravamento da violência doméstica, principalmente por se instalar no âmbito privado.



A violência doméstica não é um problema novo trazido pela pandemia. O que ocorre é a potencialização de um problema que acompanha a sociedade ao longo de toda a sua história, desencadeado por pensamentos retrógrados e misóginos de inferiorização do gênero feminino. O momento atual é de uma instabilidade não só econômica, mas estrutural tanto no fortalecimento das redes de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, e a necessidade de ampliação dos serviços ofertados nas diferentes políticas sociais e até mesmos.

Para exemplificar esse processo, trazemos a situação do município de Cianorte. Durante o período pandêmico, os/as profissionais inseridos/as nos diferentes órgãos públicos do município, fomentaram articulações para garantir um atendimento integral às mulheres violentadas ou em vias de fato, por meio da organização da rede de atendimento às mulheres em situação de violência a partir dos serviços e equipamentos que compõem a rede houve a construção do Protocolo Municipal de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência do Município de Cianorte.

## **2. A IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DE UM PROTOCOLO DE ATENDIMENTO E O FORTALECIMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO ÀS MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DO MUNICÍPIO DE CIANORTE-PR: REBATIMENTOS E ESTRATÉGIAS.**

No município de Cianorte, uma rede de atendimento às mulheres em situação de violência foi estabelecida em 2016, após questionamentos de alguns autores de violência durante um grupo reflexivo judicial. O Ministério Público do Paraná liderou o projeto "Fomento da Rede de Atendimento de Mulheres em Situação de Violência", estruturado em quatro etapas: construção do Protocolo Municipal de Atendimento, capacitação da rede, monitoramento e avaliação, e revisão dos fluxos e formalização da rede. Instituições como saúde, assistência social, Ministério Público e universidade participaram. Antes desse projeto, os atendimentos eram isolados e paliativos, sem uma articulação efetiva entre os profissionais. O Ministério Público desempenhou um papel central na coordenação da formação da rede, desenvolvendo protocolos e fluxos de atendimento.

A evolução da rede de atendimento às mulheres em situação de violência no município de Cianorte reflete um processo dinâmico de organização e adaptação ao longo dos anos. Inicialmente estabelecida em 2016, a rede foi uma resposta a questionamentos levantados por agressores durante um grupo reflexivo judicial, indicando a ausência de suporte adequado para as mulheres em situação de violência. A iniciativa foi liderada pelo



Ministério Público do Paraná, resultando no projeto "Fomento da Rede de Atendimento de Mulheres em Situação de Violência", estruturado em quatro etapas.

Antes dessa iniciativa, a falta de articulação entre os profissionais levava a atendimentos isolados e paliativos, como mencionado por entrevistados. A intervenção do Ministério Público foi fundamental para coordenar a construção do Protocolo Municipal de Atendimento e dos fluxos de atendimentos, envolvendo representantes de diversas instituições e órgãos.

A implementação da rede foi um esforço coletivo, com reuniões democráticas que envolveram todos os participantes, inclusive a comunidade. A rede está atualmente em fase final de formalização, aguardando a publicação do decreto que legitimará suas atividades.

A construção do protocolo de atendimento à mulher em situação de violência no município de Cianorte foi um processo colaborativo e fundamental para o fortalecimento da rede de apoio. A participação de diversos setores, como assistência social, saúde, educação e proteção social básica e especial, foi essencial para garantir uma abordagem abrangente e integrada.

A criação dos fluxos de atendimento representou um marco significativo no fortalecimento da rede, permitindo uma melhor coordenação e organização dos serviços prestados às mulheres em situação de violência. Através desses fluxos, foi possível identificar e delinear o papel de cada instituição envolvida, visando proporcionar um atendimento integral e eficaz.

O protocolo também desempenhou um papel crucial na prevenção da revitimização das mulheres, garantindo que elas recebessem um suporte adequado e consistente em todos os órgãos e instituições da rede. Antes da implementação do protocolo, a falta de coordenação levava a uma dispersão dos serviços, o que dificultava a aplicação eficaz das políticas públicas de combate à violência de gênero.

A articulação intersetorial promovida pelo protocolo não apenas melhorou a eficiência dos serviços prestados neste período pandêmico, mas também permitiu uma coleta de dados mais eficaz, facilitando a identificação de padrões de violência e a implementação de medidas preventivas mais direcionadas. Essa abordagem multifacetada e coordenada é fundamental para enfrentar a complexidade e a multidimensionalidade da violência contra as mulheres.

O desenvolvimento do protocolo de atendimento à mulher em situação de violência em Cianorte foi um processo colaborativo e essencial para fortalecer a rede de apoio às mulheres em situação de violência. As reuniões com os diversos órgãos envolvidos proporcionaram uma compreensão mais definida das responsabilidades de cada instituição, permitindo uma conexão mais sólida entre os serviços prestados.



A articulação em rede não apenas melhorou a eficiência dos serviços, mas também facilitou a coleta e compartilhamento de informações, contribuindo para uma abordagem mais integrada e abrangente. O protocolo, ao padronizar os procedimentos e fluxos de atendimento, desempenhou um papel crucial na redução das subnotificações e na garantia de um suporte adequado e consistente às mulheres em situação de violência.

A capacidade do protocolo de reunir representantes de diversos setores, tanto públicos quanto privados, foi crucial para mobilizar a comunidade em torno dessa causa. As articulações informais resultaram como consequência significativa na estruturação e funcionamento dos fluxos de atendimento, proporcionando às mulheres uma maior confiança para buscar ajuda e solução para suas demandas.

A conscientização e o treinamento das equipes de trabalho sobre a importância do preenchimento da ficha do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) também foram atividades propostas pelo protocolo. Isso permitiu uma melhor comunicação e compartilhamento de informações entre os diferentes órgãos de atendimento, evitando que as mulheres em situação de violência tenham que reviver repetidamente suas experiências traumáticas ao relatar seu caso em diferentes locais.

No entanto, apesar dos avanços proporcionados pelo protocolo, ainda há desafios a serem enfrentados, como a necessidade de institucionalização e formalização da rede de atendimento. A estruturação dos serviços em rede é fundamental para garantir uma resposta eficaz e coordenada à violência de gênero, protegendo e amparando as mulheres em situação de violência e incentivando-as a romper com os supostos “ciclos de violência”.

Em suma, o protocolo de atendimento à mulher em situação de violência desempenhou um papel crucial na organização e padronização dos serviços de apoio, promovendo uma abordagem mais integrada e sensível às necessidades das mulheres em situação de violência. No entanto, para que esses esforços sejam verdadeiramente eficazes, é fundamental continuar investindo na estruturação e formalização da rede de atendimento, garantindo assim uma resposta adequada e coordenada a essa grave violação dos direitos humanos.

Os fluxos de atendimento para mulheres em situação de violência foram construídos coletivamente visando a melhor articulação entre os serviços, garantindo um atendimento integral e necessário por meio de um trabalho interdisciplinar e intersetorial. O protocolo de atendimento permitiu o estabelecimento desses fluxos, distribuídos em três formas:

- De atendimento à mulher vítima de violência sexual;
- De atendimento à mulher vítima de violência física;



- De atendimento à mulher vítima de violência psicológica e outros tipos de violência.

Esses fluxos na rede de atendimento buscam proporcionar uma resposta integrada e eficaz, oferecendo apoio emocional, legal, médico e social às mulheres em situação de violência. Os fluxogramas representam os possíveis caminhos dentro da rede de atendimento, garantindo uma abordagem abrangente e coordenada para lidar com essas situações delicadas, principalmente no período pandêmico.

A institucionalização da rede de apoio à mulher em situação de violência no município de Cianorte foi essencial para assegurar sua continuidade e estabilidade. Isso envolveu a criação de regulamentos burocráticos por meio de decretos, resoluções ou portarias, que oficializaram a estrutura da rede e estabeleceram a agenda das reuniões. Essas medidas foram implementadas após o período pandêmico, quando as instituições reconheceram a necessidade de aprimorar o fluxo de atendimento.

A necessidade de formalização é ressaltada pela rotatividade de profissionais nos diversos setores, o que pode interromper os serviços prestados. A estabilidade proporcionada pela formalização da rede ajuda a mitigar os impactos das mudanças de gestão municipal e partidos políticos, facilitando os processos de articulação.

Um exemplo evidente dos desafios enfrentados durante a transição entre gestões é a alteração nos fluxos de trabalho, um aspecto destacado na pesquisa durante período pandêmico. Por exemplo, a ouvidoria da mulher exercia um papel central, porém, com a criação da Secretaria da Mulher, houve uma reestruturação da rede, o que impactou consideravelmente os fluxos de trabalho e demandou adaptações que levaram meses para serem concluídas.

Após o período pandêmico, é essencial reorganizar e avaliar os serviços, identificando áreas de melhoria e planejando a reestruturação necessária para garantir um atendimento eficaz às mulheres em situação de violência. A formalização da rede é um passo importante nesse processo, fornecendo uma base sólida para sua continuidade e eficácia.

Nas reuniões com a rede de atendimento, foram abordados e avaliados diversos aspectos institucionais com o objetivo de aprimorar os serviços. Destaca-se a relevância de fornecer um acompanhamento eficaz que assegure a segurança das mulheres para enfrentarem e superarem todas as formas de violência, contribuindo para romper ciclos que podem perdurar ao longo dos anos. Abaixo estão algumas situações e aspectos que evidenciaram esse período pandêmico no atendimento em rede.



## 2.1 A atenção às mulheres em situação de violência no período pandêmico

O coronavírus trouxe para o cerne das discussões aspectos conhecidos e duradouros das desigualdades sociais presentes em nossa sociedade. A pandemia de COVID-19 gerou e gera efeitos negativos nas vidas das mulheres em situação de violência. Um fator preponderante foi a dificuldade do acesso aos serviços. Por outro lado, também os serviços, como os articulados em rede tiveram que enfrentar os desafios impostos pelas medidas de isolamento fragilizando o trabalho de atenção às mulheres.

As instituições tiveram que lidar com vários desafios, não apenas relacionados aos atendimentos, mas também em relação às ferramentas utilizadas para manter as articulações necessárias entre os diferentes profissionais e instituições. Entre os desafios encontrados esteve a necessidade da comunicação da rede de atendimento, entre eles o preenchimento da ficha do Sinan. A ficha SINAN é um instrumento utilizado no Brasil para notificar casos de doenças e agravos de notificação compulsória, ou seja, doenças e condições que precisam ser notificadas às autoridades de saúde por lei. O SINAN significa Sistema de informação de Agravos de Notificação e é utilizado para coletar e registrar informações sobre as doenças notificáveis, a fim de monitorar sua ocorrência e desenvolver estratégias de prevenção e controle.

Durante a pandemia, as restrições e limitações de acesso aos locais de atendimento presencial tiveram consequências significativas nas formas como as pessoas buscavam ajuda e suporte. Muitos serviços, que tradicionalmente ofereciam atendimento físico, tiveram que adaptar suas operações para fornecer assistência de forma remota ou virtual. Isso incluiu serviços essenciais para mulheres em situação de violência, como centros de acolhimento, delegacias especializadas e unidades de saúde.

Essa transição para o atendimento on-line ou por telefone trouxe desafios adicionais, especialmente para aquelas que enfrentam barreiras de acesso à tecnologia ou para os que vivem em ambientes onde a privacidade é limitada. Além disso, a falta de contato pessoal pode dificultar a avaliação adequada da gravidade da situação e a prestação de apoio emocional necessário.

Durante a pandemia, a insegurança causada pela falta de acesso aos serviços presenciais contribuiu significativamente para a redução no número de denúncias. A ausência desse elemento essencial levou muitas pessoas a se sentirem menos inclinadas a buscar ajuda ou a relatar casos de violência. A impossibilidade de interação direta com profissionais e a preocupação com possíveis repercussões adversas também podem ter desencorajado as mulheres, em situação de violência, a denunciarem suas situações. Assim, a falta de acesso aos serviços presenciais, durante a pandemia, representou uma



barreira significativa para aquelas que precisavam de apoio e de proteção, resultando em uma diminuição nas denúncias e, conseqüentemente, em uma subnotificação da violência.

Os boletins eletrônicos nem sempre eram a forma mais eficaz para compreender completamente a realidade vivenciada pela vítima. Mesmo assim, era a alternativa viável na época para garantir que a vítima não ficasse desamparada. Apesar desses obstáculos, os serviços continuaram a operar da melhor maneira possível, adaptando-se às circunstâncias e implementando estratégias alternativas para garantir que as mulheres em situação de violência ainda pudessem acessar a ajuda de que precisavam.

Durante a pandemia, observou-se uma redução no número de buscas por atendimento, não porque os casos de violência diminuíram, mas devido ao medo generalizado e à relutância em buscar ajuda por meio de contato com outra pessoa. Mulheres que já vivenciaram um intenso isolamento social se isolaram ainda mais, visto que os serviços disponíveis não estavam devidamente preparados para atender as necessidades das mulheres, em situação de violência, da forma adequada. As mulheres se viram isoladas com os parceiros, o que intensificou os conflitos já existentes no ambiente familiar.

Apesar da aparente redução nos números de violência doméstica, essa tendência pode não refletir a realidade, mas, sim, a dificuldade de realizar denúncias durante o período de isolamento.

A convivência diária exacerbou vários conflitos, e alguns parceiros, moldados pelo machismo e pela noção de masculinidade, não conseguiram gerenciar os desentendimentos, levando a episódios de violência.

## 2.2 O funcionamento dos serviços em rede no período pandêmico

O estágio inicial vivenciado durante a pandemia, principalmente na área da saúde, foi caracterizado por um verdadeiro caos. Os serviços funcionavam de maneira autônoma, e as reuniões, para debater a rede, foram interrompidas por dois anos, levando a uma dificuldade na comunicação eficiente entre as instituições.

Assim, após a implementação do trabalho em *home office* e em teletrabalho, as mulheres enfrentaram dificuldades adicionais para acessar os serviços disponibilizados pela rede, pois muitas delas não possuíam acesso a telefones para buscar orientação e apoio profissional. Sendo assim, mesmo após o período crítico da pandemia, com o retorno dos atendimentos presenciais, várias atividades em grupo e coletivas continuavam suspensas. Os profissionais passaram a oferecer atendimentos de forma mais paliativa, resultando na



suspensão de práticas, como visitas domiciliares e abordagens mais detalhadas. Como resultado, a maioria dos serviços deixaram de realizar o acompanhamento contínuo que anteriormente ofereciam, concentrando-se exclusivamente nas situações de emergência (CFESS, 2020).

Sem dúvida, a pandemia introduziu o atendimento on-line, só essa modalidade não oferece a mesma experiência do que o atendimento presencial. Na perspectiva de uma mulher desesperada, a simples realização da denúncia pela internet não proporciona o fator humano essencial: o acolhimento. A ausência da presença física da pessoa que a atende, a impossibilidade de olhar nos olhos daquele que a auxilia e a garantia de proteção necessária são elementos que tornam essa abordagem insuficiente.

Diante da necessidade e da obrigação de suspender várias atividades presenciais, incluindo as reuniões da rede de atendimento e os atendimentos em geral, foi imperativo recorrer às tecnologias disponíveis naquele período.

Com base nesse contexto, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), atendendo à demanda da categoria e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), desenvolveu uma série de: instrumentos normativos legais, materiais e posicionamentos políticos.

A pandemia acelerou a inserção das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no exercício profissional dos (as) assistentes sociais, um fenômeno que já vinha sendo gradualmente incorporado e nos desafia diante das transformações no mundo do trabalho. A introdução das TICs e dos meios remotos impacta os processos laborais em que estamos envolvidos, as interações com outras profissões e trabalhadores, o relacionamento com os usuários (CFESS,2020).

O uso da tecnologia para contribuir nos atendimentos e nas articulações intersetoriais foi trazido por outras entrevistadas, como uma ferramenta necessária no período pandêmico. Conforme relatos da Maria Curié, o Ministério Público do Paraná, por exemplo, foi pioneiro ao iniciar atendimentos por WhatsApp, no município de Cianorte, para toda a população, inclusive para os profissionais da rede de atendimento. Isso garantiu, mesmo que de forma provisória, a continuidade das articulações necessárias.

Os recursos tecnológicos desempenharam um papel central na continuidade das articulações profissionais. No entanto, durante as entrevistas realizadas, observamos que, no que se refere ao atendimento das mulheres em situação de violência, os recursos tecnológicos não foram suficientes para garantir a continuidade dos atendimentos.

As situações de violência contra a mulher são um fenômeno multifacetado. Muitas mulheres não denunciam as situações que vivenciam, conforme Sagot (2007):



O rompimento das situações de violência depende muito dos fatores de resposta que as mulheres encontram no decorrer da rota, como a disponibilidade e a qualidade dos serviços, as representações sociais de servidores de serviços e de comunidade e os resultados obtidos (Sagot, 2007).

Indubitavelmente, o momento do acolhimento às mulheres em situação de violência é essencial para concretizar as denúncias, e a formação de laços presenciais desempenha um papel vital nesse procedimento; um acolhimento humano e presencial possibilita a construção de uma abordagem mais abrangente e efetiva no suporte a mulheres em situações vulneráveis.

O acolhimento à mulher em situação de violência é uma prática complexa e sensível, cujos aspectos humanos e empáticos são desafiadores de serem completamente substituídos por meios tecnológicos. O contato presencial é crucial por diversas razões, incluindo a possibilidade de se estabelecer vínculos, de oferecer segurança emocional, de avaliar o ambiente diretamente. Ele fornece suporte multidimensional e propicia a possibilidade de personalizar o atendimento de acordo com as necessidades individuais, além de respeitar a autonomia da mulher. Embora as tecnologias possam complementar os serviços, a dimensão humana do acolhimento, caracterizada por empatia e por cuidado, é difícil de replicar virtualmente.

A intersetorialidade pode ocorrer em diferentes níveis e em diferentes temas, desde políticas sociais, como saúde, educação, segurança pública e assistência social, até questões ambientais, econômicas e culturais.

Um exemplo de intersetorialidade é a elaboração e a implementação de políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade de gênero. Nesse caso, é necessário que diferentes áreas, como saúde, educação, assistência social, segurança pública e cultura trabalhem em conjunto, para identificarem as demandas da população e para elaborarem medidas integradas que possam contribuir para a promoção da igualdade entre homens e mulheres.

A intersetorialidade é importante, porque permite uma abordagem mais ampla e integrada dos problemas, superando a visão fragmentada e setorializada que, muitas vezes, prevalece na gestão pública.

A abordagem intersetorial da violência doméstica contra mulher visa a garantir uma resposta mais efetiva e abrangente ao problema, que envolve não apenas a proteção e assistência às mulheres, mas também a prevenção e a responsabilização dos autores de violência. É objetivo também a promoção de uma cultura de respeito aos Direitos Humanos e à igualdade de gênero.

O aumento do número de mulheres em situação de violência que procuraram os serviços da rede, durante o período pandêmico, é bem expressivo e demonstra a eficácia



desse trabalho. A divulgação dos serviços, as campanhas e as atividades direcionadas às mulheres possibilitam que se tenham mais eficácia nos atendimentos, na funcionalidade e no acolhimento que essa mulher recebe e que, conseqüentemente, acaba se verbalizando.

Assim, por meio da construção e do efetivo funcionamento de uma rede de atendimento, as mulheres sentem uma maior confiança para revelar as diversas situações de violência, pois essas mulheres sabem que contarão com apoio não apenas psicológico, mas também assistencial e de outras naturezas, sendo respaldadas por uma rede de atendimento. Essa rede se apresenta como uma alternativa para que possam enfrentar essas situações de violência, especialmente considerando que, muitas vezes, é necessário retornar ao mesmo ambiente do agressor. A rede oferece todo o suporte necessário para evitar que voltem a ser submetidas a novas situações de violência.

É crucial destacar a importância do trabalho em rede, especialmente para assegurar a eficiência e a eficácia dos serviços prestados, garantindo uma resposta mais adequada e personalizada às necessidades específicas de cada situação. Ficou evidente que, durante esse período pandêmico, apesar da organização prévia e do estabelecimento de fluxos, a situação foi caótica.

Os serviços disponibilizados para as mulheres em situação de violência são essenciais para proteger e para apoiá-las. Uma rede de apoio consistente, com uma implementação eficaz dos serviços, juntamente com o financiamento contínuo deles são partes fundamentais para garantir que essas políticas de enfrentamento à violência doméstica sejam eficazes e que as mulheres em situação de violência sejam protegidas, recebendo o apoio necessário.

Todas essas questões, o trabalho intersetorial; o comparecimento das mulheres aos serviços articulados em rede; as dificuldades de comunicação entre os serviços; a falta de profissionais; a segurança das mulheres em relatar as situações de violência; a possibilidade de procurar os serviços e de ajuda a precarização do atendimento da rede que ficou fragilizada. As mulheres se viram desprotegidas e com maiores dificuldades em enfrentar as situações de violência.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As reflexões aqui trazidas, foram construídas no calor dessa triste pandemia emergiram dos estudos e das questões relacionadas a violência doméstica, isolamento social e pelas leituras pertinentes da disciplinada gestão de política social e perspectivas atuais que fizeram entender o quão importante é tomarmos conhecimentos dos processos



de gestão pública, administração pública, terceiro setor, territorialidade entre outros que nos proporcionam conhecimento para contextualizar diversas questões dentro das políticas sociais nos dias atuais. Trata-se de uma leitura que visa contribuir com o conhecimento da temática e de desespero e tristeza com os dados apresentados.

Sabemos que a violência doméstica e familiar contra as mulheres, é uma realidade socialmente construída, fruto de uma sociedade patriarcal que não oportuniza homens e mulheres com as mesmas condições. A necessidade de uma ruptura como o modo de pensar e de viver, a garantia da equidade nos diferentes espaços sejam eles públicos ou privados e que a naturalização seja pautada no respeito à dignidade humana enquanto sujeito de direitos.

Assim sendo, enfrentar a violência contra as mulheres no momento atual é enfrentar diariamente as desigualdades de gênero postas ao longo do tempo, tanto no ambiente público quanto no ambiente privado, deixando de ser algo pessoal e passando a ser de caráter cultural e estrutural.

Destacamos a necessidade de estudos e pesquisas que possam contribuir no enfrentamento da violência contra as mulheres no cenário contemporâneo, bem como, que esta questão se torne cada dia mais visível a sociedade. Para isso, é essencial construir e disseminar ações de enfrentamento a violência doméstica e familiar baseada no gênero, buscando uma ruptura com os pensamentos culturalmente construídos.

A violência doméstica neste período de pandemia e isolamento social se manifesta de forma intensa na vida das mulheres, o que é um problema que demanda atenção e intervenção do Estado para o seu enfrentamento. É importante ressaltar os avanços que surgiram durante o desenvolvimento do processo histórico de luta das mulheres para a efetivação de seus direitos, no entanto, ainda há muito o que evoluir e se faz extremamente necessário a responsabilidade do Estado em intensificar os serviços oferecidos às mulheres vítimas de violência doméstica, principalmente as que permanecem dentro do ciclo da violência doméstica, para que essas tenham o suporte necessário para o rompimento e emancipação das suas vidas como sujeitas que tem o direito de viver sem violência.

A despeito disso, durante o período pandêmico, o município de Cianorte enfrentou desafios significativos e revelou-se vulnerável na proteção das mulheres em situação de violência. Embora alguns serviços estivessem disponíveis, houve muitas lacunas naquele momento - a impossibilidade de articular as ações desenvolvidas pelos serviços, para promover a integralidade e resolutividade da atenção necessária às mulheres em situação de violência. Para muitos, a prioridade, durante esse período, era a de simplesmente sobreviver às dificuldades impostas pela pandemia, o que colocou, em segundo plano, as questões relacionadas à violência doméstica contra a mulher.



Por fim, os efeitos da pandemia sobre a vida cotidiana das mulheres, enfatizando que o atual cenário deixou ainda mais evidente o quanto a provisão de cuidados é essencial para a sociedade e o quanto nossa sociedade ainda é dependente do cuidado ofertado no campo das famílias pelas mulheres.

#### 4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei Maria da Penha. Lei n. 11.340/2006.** Coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em 03/07/22.

CRAVEIRO, Adriéle Volpato. Protocolo de Atendimento as mulheres em situação de violência no município de Cianorte. Cianorte: 2016.

FREIRE, Mariana Frizieiro da Silva Cruz; PASSOS, Rachel Gouveia. **Ensaio acerca da notificação da violência doméstica contra as mulheres: a realidade dos municípios de São Gonçalo e Niterói.** In: FREIRE, Mariana Frizieiro da Silva Cruz (org.). Políticas públicas, gênero e violência: contribuições para o serviço social. Campinas: Papel Social, 2015. p. 69-77.

SAGOT, Montserrat. A rota crítica da violência intrafamiliar em países latino-americanos. In: MENEGHEL Stela N. (Org.). **Rotas críticas: mulheres enfrentando a violência.** São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2007